

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Alterações significativas	15

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	30
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	40
10.5 - Políticas contábeis críticas	46
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	63
10.8 - Plano de Negócios	64
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

#### Administração financeira de risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir:

#### Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos***Controladora:*

Nota	Categoria	Valor contábil		Valor justo		
		2013	2012	2013	2012	
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	753.856	556.503	753.851	556.503
Aplicações financeiras de liquidez não imediata – circulante	6	(b)	129.613	92.503	129.719	92.259
Aplicações financeiras de liquidez não imediata – não circulante	6	(d)	60.200	-	60.093	-
Clientes	7	(a)	433.260	316.841	433.260	316.841
Consórcio para revenda		(a)	7.008	7.383	7.008	7.383
Mútuos a receber	10	(a)	14	12	14	12
Instrumentos financeiros derivativos	27	(b)	-	182	-	182
<b>Passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	16	(c)	(1.468.847)	(805.575)	(1.468.944)	804.980)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	16	(c)	(301.432)	(263.072)	(301.452)	262.967)
Mútuos a pagar	10	(c)	(10.147)	(8.389)	(10.147)	(8.389)
Total			(396.475)	(103.612)	(396.598)	103.156)

Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- (b) Valor justo por meio do resultado
- (c) Empréstimos e financiamentos
- (d) Mantidos até o vencimento

*Consolidado:*

	Nota	Categoria	Valor contábil		Valor justo	
			2013	2012	2013	2012
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	1.166.550	855.255	1.166.518	855.255
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	6	(b)	247.279	244.183	247.272	244.561
Clientes	7	(a)	967.552	775.532	967.552	775.532
Consórcio para revenda		(a)	27.447	27.677	27.447	27.677
Instrumentos financeiros Derivativos	27	(b)	-	1.867	-	1.867
<b>Passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	16	(c)	(2.077.470)	(1.368.166)	(2.077.661)	(1.367.279)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	16	(c)	(528.496)	(504.549)	(528.545)	(504.205)
Mútuos a pagar	10	(c)	(16.160)	(16.779)	(16.160)	(16.779)
Instrumentos financeiros derivativos	27	(b)	(1.082)	(225)	(1.082)	(225)
Total			(214.380)	14.795	(214.659)	16.404

Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- (b) Valor justo por meio do resultado
- (c) Empréstimos e financiamentos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1:preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2:outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3:técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houveram transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2013.

### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2013, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

**Controladora**

<b>Operação</b>	<b>Moeda</b>	<b>Cenário Provável (Valor Contábil)</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
<b>DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Aplicações financeiras	R\$	83.097	104.513	125.930
<b>Depreciação da Taxa em</b>			<b>25,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Referência para Receitas Financeiras</b>				
CDI %		9,7%	12,2%	14,7%
<b>AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA</b>				
Empréstimos e Financiamentos		134.721	164.413	225.751
<b>Apreciação da Taxa em</b>			<b>25,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
		<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Remoto</b>
TJLP		5,0%	6,3%	7,5%
URTJLP		1,9%	2,5%	3,0%
CDI		9,7%	12,2%	14,7%
IPCA		5,9%	7,4%	8,9%
LIBOR Semestral		0,4%	0,4%	0,5%
Variação Cambial		2,34	2,93	3,51
BADLAR		21,6%	27,3%	32,4%

**Consolidado**

<b>Operação</b>	<b>Moeda</b>	<b>Cenário Provável (Valor Contábil)</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
<b>DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Aplicações financeiras	R\$	128.925	162.153	195.381
<b>Depreciação da Taxa em</b>			<b>25,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Referência para Receitas Financeiras</b>				
CDI %		9,7%	12,2%	14,7%
<b>AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA</b>				
Empréstimos e Financiamentos		189.920	235.240	290.832
<b>Apreciação da Taxa em</b>			<b>25,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
		<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Remoto</b>
TJLP		5,0%	6,3%	7,5%
URTJLP		1,9%	2,5%	3,0%
CDI		9,7%	12,2%	14,7%
IPCA		5,9%	7,4%	8,9%
LIBOR Semestral		0,4%	0,4%	0,5%
Variação Cambial		2,34	2,93	3,51
BADLAR		21,6%	27,3%	32,4%

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentou variação positiva de 14,64% (8,25% positiva em 2012). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	2013	2012	2013	2012
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	125.735	56.294	224.461	81.379
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	128.674	128.736	225.602	252.819
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	89	(462)	804
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	(2.939)	(72.353)	(1.603)	(170.636)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Operação	Risco	Controladora		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	2,34	2.93	3,51
Déficit apurado		(6.885)	(8.606)	(10.327)
Taxa	Baixa do US\$	2,34	1,76	1,17
Déficit apurado		(6.885)	(5.164)	(3.442)

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US\$	2,34	2.93	3,51
Déficit apurado		(3.755)	(4.694)	(5.633)
Taxa	Baixa do US\$	2,34	1,76	1,17
Déficit apurado		(3.755)	(2.816)	(1.878)

**Risco de estrutura de capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

***Controladora***

	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	16	<b>1.770.279</b>	1.068.647
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>(753.856)</b>	(556.503)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	<b>(129.613)</b>	(92.503)
Dívida líquida		<b>886.810</b>	419.641
Patrimônio		<b>1.337.201</b>	1.369.496
Patrimônio e dívida líquida		<b>2.224.011</b>	1.789.137
Quociente de alavancagem		<b>39,9%</b>	23,5%

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos***Consolidado*

	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Empréstimos e financiamentos	16	<b>2.605.966</b>	1.872.715
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>(1.166.550)</b>	(855.255)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	<b>(247.279)</b>	(244.183)
Dívida líquida		<b>1.192.137</b>	773.277
Patrimônio		<b>1.337.201</b>	1.369.496
Patrimônio e dívida líquida		<b>2.529.338</b>	2.142.773
Quociente de alavancagem		<b>47,1%</b>	36,1%

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com aproximadamente 9 clientes (10 clientes em 31 de dezembro de 2012) que deviam à Companhia mais de R\$9.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 27% (33,2% em 31 de dezembro de 2012) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

**Controladora:**

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e Financiamentos	23.284	350.924	1.262.447	133.624	<b>1.770.279</b>
Fornecedores	83.210	334	-	-	<b>83.544</b>
	<b>106.494</b>	<b>351.258</b>	<b>1.262.447</b>	<b>133.624</b>	<b>1.853.823</b>

**Consolidado:**

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e Financiamentos	66.426	476.995	1.881.709	180.836	2.605.966
Fornecedores	168.415	9.528	-	-	177.943
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.082	-	-	-	1.082
	<b>235.923</b>	<b>486.523</b>	<b>1.881.709</b>	<b>180.836</b>	<b>2.784.991</b>

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**5.2** Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

**a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

A partir de 2010, algumas operações de NDFs foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604/09. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

A operação de *swap* cambial refere-se à operação de troca de indexadores, sobre um valor *notional*, onde a Companhia na ponta ativa recebe a variação cambial entre um período de início de contrato até o vencimento, pagando na ponta passiva a variação da CDI descontado de deságio pré-fixado para cada vencimento.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia e suas controladas verificadas em 31 de dezembro de 2013, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****Controladora**

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$- (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$- (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2013– em milhares de R\$(crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2012 – em milhares de R\$(crédito) / débito	
	Notional – em milhares de Euro		Notional – em milhares de R\$									
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	Valor Recebido	Valor Pago	Valor recebido	Valor pago
NDF	-	1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	-	700	(89)
Total	-	1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	-	700	(89)

**Consolidado**

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$- (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$- (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2013– em milhares de R\$(crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2012 – em milhares de R\$(crédito) / débito	
	Notional – em milhares de US\$		Notional – em milhares de R\$									
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF	11.900	(31.300)	27.921	(64.676)	(947)	34	34	34	6	(614)	224	(6.618)
SWAP	4.740	5.901	11.104	12.059	(135)	1.426	1.426	1.426	2.106	(102)	-	(514)
Total	16.640	(25.399)	39.025	(52.617)	(1.082)	1.460	1.460	1.460	2.112	(716)	224	(7.132)

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

**Controladora**

Descrição	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
<b>NDF</b>						
Banco Santander	€	-	1.430	R\$	-	182
<b>Total</b>	€	-	1.430	R\$	-	182

**Consolidado**

Descrição	Valor de referência (Notional)			Valor justo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
<b>NDF – hedge accounting</b>						
Banco do Brasil	USD	-	1.000	R\$	-	35
HSBC	USD	-	3.000	R\$	-	(125)
Banco Itaú BBA	USD	300	(23.500)	R\$	(53)	(158)
Banco Santander	USD	4.500	5.700	R\$	(408)	173
Banco Votorantin	USD	6.600	(16.000)	R\$	(472)	(184)
Banco Bradesco	USD	-	2.500	R\$	-	168
Banco Safra	USD	-	(4.000)	R\$	-	125
Citi Bank	USD	500	-	R\$	(14)	
<b>Swap</b>						
Banco Itaú BBA	USD	4.740	5.901	R\$	(135)	1.426
<b>Total</b>	USD	16.640	(25.399)	R\$	(1.082)	1.460

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

## Consolidado

Descrição	2013				2012	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD	300	8.100	3.500	-	11.900	(31.300)
Swap - USD	97	484	580	3.579	4.740	5.901
Total	397	8.584	4.080	3.579	16.640	(25.399)

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Ganhos e Perdas registradas no Resultado						Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido*	
	Alocado na Receita Bruta em			Alocado no Resultado Financeiro em				
	Moeda	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Operações de Proteção Cambial								
Contratos NDF ( <i>Non Deliverable Forwards</i> )	R\$	(821)	(3.233)	(4.812)	(598)	541	307	
Swap	R\$	-	-	813	714	-	-	
Total	R\$	(821)	(3.233)	(3.999)	116	541	307	

\* Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2013, afetem a demonstração do resultado com uma perda de R\$541 em 2014.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
NDF - Venda	lta do USD	(1.527)	(11.106)	(20.664)
SWAP	aixa do USD	(135)	(2.776)	(5.552)

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

As operações contratadas no exercício são instrumentos derivativos Non Deliverable Forward (NDF).

A partir do mês de janeiro de 2014, a companhia implementou o “hedge accounting”, de acordo com as práticas de mercado e regulamento próprio (CPC 38), com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização desta prática, no entender da administração, reflete de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Para a exposição ao câmbio, a Companhia possui Política de Proteção Cambial, escrita pelo Comitê de Planejamento e Finanças e avalizada pela Diretoria Executiva. O objetivo da política é uniformizar os procedimentos entre a Companhia e suas controladas, definir responsabilidades e limites nas operações que envolvam proteção cambial, reduzindo os efeitos cambiais sobre o fluxo de divisas em moeda estrangeira projetado pelo fluxo de caixa.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico, ou na expectativa atualizada de cada empresa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados pelo mesmo comitê.

A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento) das empresas. Todas as operações são controladas pela Diretoria Financeira da Companhia Controladora e informadas ao Comitê Executivo.

O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos às operações de hedge é compartilhado pelo Comitê de Planejamento e Finanças e pela Diretoria Executiva, que avaliza as políticas emitidas por este comitê e controla mensalmente exposições em cada controlada por meio de formulários gerenciais específicos. Tais formulários, quando necessário, podem ser solicitados e fornecidos à Auditoria Interna, Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos, fiscalizados pela Auditoria Interna, Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

**- Não há outras informações relevantes referente aos Riscos de Mercado.**



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Comentário dos diretores:

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

#### 2011

O exercício encerrado em 2011 apresentou bons níveis de atividade das Empresas Randon, em sintonia com os movimentos ocorridos na indústria de veículos comerciais.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 6,4 bilhões**, 14,1% de crescimento em relação a 2010;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 4,2 bilhões**, 11,8% superior a 2010;
- **EBITDA** de **R\$ 556,8 milhões**, 2,8% maior se comparado com 2010;
- **R\$ 269,3 milhões de lucro líquido consolidado** em 2011, com **Margem Líquida** de 6,5% sobre receita líquida consolidada, crescimento de 7,9% no ano;

Houve, em 2011, dois movimentos distintos na atividade da Companhia. Ambos reforçam o compromisso com o crescimento, performance, gestão e estratégia das operações.

O primeiro refere-se a troca do sistema ERP (Enterprise Resource Planning), com impacto pontual nos resultados, porém, focado a suportar o avanço das atividades, no longo prazo. A integração e padronização dos processos de negócios são fundamentais para promoção dos ganhos de sinergia entre as empresas do grupo, além de gerar agilidade na estratégia de crescimento.

O segundo ponto é relacionado à performance da Companhia e suas controladas no mercado externo. Os níveis de vendas e atividade além fronteiras também pontuou níveis bastante positivos no ano encerrado. No total, as receitas de exportação somaram US\$ 294,4 milhões, crescimento de 22,5% quando comparado ao exercício anterior.

Na ponta do CAPEX (investimentos), o montante aplicado foi de R\$ 248,3 milhões. Além das linhas regulares de investimento (aumento de capacidade nas diferentes linhas de produtos, reposição de ativos depreciados, o novo ERP, modernização, desenvolvimento de novos produtos e ferramentais diversos), também houve movimentação da conta de investimentos não orgânicos, com a aquisição de unidade produtora de veículos rebocados no estado de Santa Catarina e o anúncio da aquisição, pela controlada Fras-le, de fábrica dedicada à produção de componentes para freios e outras autopeças. Ambas as aquisições serão detalhadas mais adiante.

O exercício também foi caracterizado por pressão acentuada nos custos de mão de obra. Os ganhos reais realizados dos últimos anos condicionam atenção especial à produtividade e à eficiência, a fim de manter a competitividade e rentabilidade dos negócios.

Em 2011 a Companhia encerrou seu exercício com boas condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Geração operacional de caixa em bom nível e equilibrada posição financeira (R\$ 556,8 milhões);

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- ✓ Boa performance na geração de lucros;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com custos de financiamento de terceiros abaixo das taxas praticadas pelo mercado;
- ✓ Dívida Líquida inferior a 7 meses de Geração de Caixa (EBITDA);

Considerando-se a dívida bruta total ao final do exercício de 2011, 32,1% eram de curto prazo (R\$ 478,2 milhões) e 67,9% de longo prazo (R\$ 1.009,6 bilhão). Neste ano as dívidas da divisão financeira da Companhia (Banco Randon) somaram 30,4 milhões (24,6% curto prazo, 75,4% de longo prazo), já incluídas na dívida total. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada era composta por 85,5% em reais e 14,5% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta em relação à capitalização total da Companhia foi de 44,4% em 31/12/2011.

### 2012

Marcando a recuperação, o ritmo de vendas da Companhia reagiu no último trimestre, fechando o ano em seu melhor nível desde o mesmo período de 2011, permitindo iniciarmos 2013 em intensa operação. Os números de produção corroboram com um maior volume de pedidos e sustentam a retomada da atividade fabril, principalmente na divisão de veículos e implementos, que ora alcança índice mais próximo da regularidade, avançando para alcançar seu ponto ideal.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 5,3 bilhões**, 16,2% de queda em relação a 2011;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 3,5 bilhões**, 15,7% inferior a 2011;
- **EBITDA** de **R\$ 287,7 milhões**, 48,3% menor se comparado com 2011;
- **R\$ 43,6 milhões de lucro líquido consolidado** em 2012, com **Margem Líquida** de 1,2% sobre receita líquida consolidada, queda de 5,3 pontos percentuais no ano;

Em 2012, a Companhia anunciou seu Plano de Expansão e Desenvolvimento, abrangendo o período de 2012 a 2016, comunicando a intenção de investir R\$ 2,5 bilhões e gerar 4.000 novos postos de trabalho em 5 anos. O plano também inclui o crescimento regular do faturamento, com o objetivo de atingirmos receita bruta total de R\$ 10,2 bilhões em 2016. Concluímos o ano com investimentos que totalizaram R\$ 276,9 milhões, acréscimo de 11% sobre 2011, permitindo o crescimento sustentável de nossos negócios durante os próximos anos.

Também quando olhamos para o mercado externo, vemos o reflexo do arrefecimento do crescimento econômico mundial em nossos números, com queda superior a 10% em exportações. O destaque positivo, todavia, é representado por nossas operações no exterior, que, ganhando robustez, elevaram-se mais de 12% em 2012 (US\$ 121,9 em 2012,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contra US\$ 108,5 em 2011), graças, principalmente, às plantas de nossa controlada Fras-le S.A.

Considerando o Guidance revisado da Companhia, divulgado em 08 de agosto de 2012, apresentamos o seguinte desempenho para o ano de 2012:

	<b>Projeção</b>	<b>Realizado</b>
<b>Receita Bruta Total</b> sem eliminações	R\$ 5,1 bilhões	R\$ 5,3 bilhões
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	R\$ 3,5 bilhões	R\$ 3,5 bilhões
<b>Exportações</b>	US\$ 280 milhões	US\$ 264 milhões
<b>Importações</b>	US\$ 100 milhões	US\$ 114 milhões
<b>Investimentos</b>	R\$ 230 milhões	R\$ 276 milhões

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 760,4 milhões no encerramento de 2012, equivalente a um múltiplo de 2,7 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2011 este endividamento era de R\$ 383,5 milhões e representava múltiplo de 0,7 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A retração do múltiplo pode ser atribuída à queda acentuada de nosso EBITDA no período, gerada por retração de produção e vendas de veículos comerciais no Brasil em 2012, e ao aumento do endividamento da Companhia, conforme abaixo comentado.

Cabe salientar que parte do endividamento líquido consolidado da Companhia, R\$ 132,9 milhões se referem à atividade financeira (Banco Randon e Randon Consórcios). Com a exclusão do valor relativo a estas atividades, o endividamento líquido consolidado das operações industriais é de R\$ 627,4 milhões, um múltiplo 2,2 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta consolidada era composta por 72,2% em reais (R\$ 1.344 milhões) e 27,8% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior (R\$ 516 milhões), refletindo o avanço das operações localizadas no exterior e empréstimos tomados em moeda estrangeira.

### 2013

A demanda doméstica surpreendeu positivamente e foi priorizada. Isto promoveu uma leve queda nas exportações que alcançaram a US\$ 241,6 milhões, 8,6% inferior ao volume de USD 264,2 milhões no ano anterior. Mas a redução também se deve ao arrefecimento da demanda e dificuldades econômicas de alguns mercados internacionais. O destaque positivo é representado por nossas operações no exterior, que, ganhando robustez, avançaram novamente em 2013 (US\$ 124,1 em 2013, contra US\$ 121,9 em 2012).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total 2013**, antes da consolidação, de **R\$ 6,6 bilhões**, 23,7% de crescimento em relação a 2012;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 4,3 bilhões**, 21,5% superior a 2012;
- **EBITDA** de **R\$ 563,9 milhões**, 101,3% maior se comparado com 2012;
- **R\$ 235,1 milhões de lucro líquido consolidado** em 2013, com **Margem Líquida** de 5,5% sobre receita líquida consolidada.

Em 2013, além da recuperação do nível de receitas, houve recomposição das margens, respaldadas principalmente pelos seguintes fatores: (i) maior utilização da capacidade instalada, (ii) estabilização da implantação do novo ERP, (iii) adequações de estruturas administrativas, (iv) redução de despesas e maior diluição dos custos fixos.

Considerando o Guidance revisado da Companhia, divulgado em 08 de agosto de 2013, apresentamos o seguinte desempenho para o ano de 2013:

	Projeção	Realizado
<b>Receita Bruta Total</b> sem eliminações	R\$ 6,0 bilhões	R\$ 6,6 bilhões
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	R\$ 4,1 bilhões	R\$ 4,3 bilhões
<b>Exportações</b>	US\$ 300 milhões	US\$ 241,6 milhões
<b>Importações</b>	US\$ 120 milhões	US\$ 108,7 milhões
<b>Receitas geradas no exterior</b>	U\$ 92 milhões	U\$ 124,1 milhões
<b>Investimentos</b>	R\$ 130 milhões	R\$ 287,6 milhões

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 1,2 bilhão no encerramento de 2013, equivalente a um múltiplo de 2,12 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2012 este endividamento era de R\$ 760,4 milhões e representava múltiplo de 2,7 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Cabe salientar que parte do endividamento líquido consolidado da Companhia, R\$ 229,3 milhões se referem à atividade financeira (Banco Randon e Randon Consórcios). Com a exclusão do valor relativo a estas atividades, o endividamento líquido consolidado das operações industriais é de R\$ 963,9 milhões, um múltiplo 1,78 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada era composta por 79,7% em reais (R\$ 2.078 milhões) e 20,3% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior (R\$ 529

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

milhões), refletindo redução das operações localizadas no exterior e empréstimos tomados em moeda estrangeira.

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i) Hipótese de resgate**

A Administração não antevê possibilidade de resgate das ações emitidas.

**ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Randon apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. O endividamento líquido no final de 2013 foi R\$ 1,2 bilhão, o equivalente a um múltiplo de 2,12 do EBITDA dos últimos 12 meses.

**Direitos e obrigações por recursos de consorciados**

Refere-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferido para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:**

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o IFC, FINEP, BNDES e Debêntures.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs, pré-pagamento, pré-embarque, FINEP, BNDES, Debêntures.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

**Financiamentos (R\$ milhões) – 2012 / 2011**

				Controladora		Consolidado	
				BRGAAP		IFRS	
				2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>							
Moeda nacional:							
FINAME	TJLP	5,5% a.a.	15/12/2017	65.575	-	65.575	-
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/02/2020	12.157	14.186	26.710	27.488
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a.m.	20/04/2019	2.428	-	12.803	-
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	28/02/2021	-	-	1.198	-
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	42.721	38.122	66.627	74.093
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	342.805	177.966	504.710	301.598
Captação no mercado aberto	TJPL	0,9% a 3,0% a.a.	15/12/2017	-	-	12.860	7.461
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	3,0% a 7,2% a.a.	15/12/2017	-	-	25.599	12
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 22.730 mil	Varição cambial + Libor	1,7% a 2,8% a.a.	14/11/2013	-	-	46.449	39.578
Financiamento de US\$ 29.477 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 5,7% a.a.	20/03/2020	41.822	3.566	60.237	17.267
Empréstimo de capital de giro de US\$ 1.400 mil	Badlar	9,7% a 9,9% a.a.	30/06/2016	-	-	4.211	2.626
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2018	4.982	1.541	9.004	3.926
				512.490	235.381	835.983	474.049
<b>Não circulante</b>							
Moeda nacional:							
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/02/2020	49.074	61.092	93.822	100.166
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a.m.	28/02/2021	200.000	-	242.563	-
Incentivo fiscal – Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	-	-	54.402	51.568
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	80.943	123.107	136.010	212.900
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	-	340.318	-	500.977
Captação no mercado aberto	TJPL	0,9% a 3,0% a.a.	15/12/2017	-	-	29.377	22.863
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	3,0% a 7,2% a.a.	15/12/2017	-	-	72.547	33
Moeda estrangeira:							
Financiamento de US\$ 176.455 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 5,7% a.a.	20/03/2020	204.350	36.268	360.586	96.564
Empréstimo de capital de giro de US\$ 5.681 mil	Badlar	9,7% a 9,9% a.a.	30/06/2016	-	-	11.609	17.184
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2018	11.918	3.184	24.539	7.384
				546.285	563.969	1.025.455	1.009.639
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>1.058.775</b>	<b>799.350</b>	<b>1.861.438</b>	<b>1.483.688</b>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$311.903 (R\$248.852 em 31 de dezembro de 2011), hipoteca no valor de R\$20.829 (R\$20.829 em 31 de dezembro de 2011); bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$70.423 (R\$70.603 em 31 de dezembro de 2011); notas promissórias e carta fiança no valor de R\$75.159 (R\$85.265 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos.

Em 31 de dezembro de 2012 os contratos de financiamento da Randon S.A. Implementos e Participações, junto ao International Finance Corporation – IFC,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apresentou um desenquadramento do índice de endividamento líquido com relação ao EBITDA. A Companhia têm tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados. Adicionalmente, o montante total desse contrato foi reclassificado para o passivo circulante. Para a controlada Fras Le S.A, todos os índices foram todos atendidos.

### Financiamentos (R\$ milhões) – 2013/2012

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BRGAAP		IFRS	
				2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>							
Moeda nacional:							
FINAME	TJLP	3,5% a.a.	15/07/2014	232.545	65.575	232.545	65.575
FINEP	TJLP	0,50% a 5,25% a.a.	15/10/2023	16.357	12.157	27.621	26.710
Financiamentos	CDI/TJLP	1,20% a 9,94% a.a.	20/04/2019	28.166	2.428	32.827	12.803
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	580	-	2.625	1.198
BNDES	URTJLP / TJLP	1,0% a 4,5% a.a.	15/01/2023	64.004	42.721	88.337	66.627
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a.a.	15/07/2016	246	342.805	956	504.710
Debêntures	Taxa DI	1,15% a.a.	01/08/2020	8.142	-	8.142	-
Leasing	CETIP/CDI-OVER		18/07/2017	1.896	-	1.896	-
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0,0% a 8,3% a.a.	31/12/2017	-	-	62.500	12.860
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a.	31/12/2018	-	-	12.386	25.599
Vendor	SELIC	3% a.a.	05/08/2015	9.404	9.872	34.435	11.277
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 22.730 mil	Variação cambial + Libor	1,7% a 2,8% a.a.	14/11/2013	-	-	-	46.449
Financiamento de US\$ 7.255 mil	Variação cambial + Libor	2,25% a 4,5% a.a.	20/03/2020	7.584	41.822	16.996	60.237
Financiamento de US\$ 4.731 mil	Variação Cambial	20,6% a.a.	26/05/2014	-	-	11.082	-
Empréstimo de capital de giro de US\$ 1.469 mil	Badlar	9,75% a 9,90% a.a.	29/08/2018	-	-	3.440	4.211
BNDES	UMBDES / Variação Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	6.772	4.982	9.569	9.004
				375.696	522.362	545.357	847.260
<b>Não circulante</b>							
Moeda nacional:							
FINEP	TJLP	0,50% a 5,25% a.a.	15/10/2023	56.140	49.074	93.090	93.822
Financiamentos	CDI/TJLP	1,20% a 9,94% a.a.	20/04/2019	282.000	200.000	349.967	242.563
Incentivo fiscal – Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	24.169	-	70.746	54.402
BNDES	URTJLP / TJLP	1,0% a 4,5% a.a.	15/01/2023	131.406	80.943	212.445	136.010
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a.a.	15/07/2016	110.000	-	176.073	-
Debêntures	Taxa DI	1,15% a.a.	01/08/2020	500.000	-	500.000	-
Leasing	CETIP/CDI-OVER		18/07/2017	3.792	-	3.792	-
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0,0% a 8,3% a.a.	31/12/2017	-	-	150.069	29.377
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a.	31/12/2018	-	-	17.018	72.547
Moeda estrangeira:							
Financiamento de US\$ 187.966 mil	Variação cambial + Libor	2,25% a 4,5% a.a.	20/03/2020	266.204	204.350	440.329	360.586
Empréstimo de capital de giro de US\$ 5.656 mil	Badlar	9,75% a 9,90% a.a.	29/08/2018	-	-	13.251	11.609
BNDES	UMBDES / Variação Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	20.872	11.918	33.829	24.539
				1.394.583	546.285	2.060.609	1.025.455
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>1.770.279</b>	<b>1.068.647</b>	<b>2.605.966</b>	<b>1.872.715</b>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$492.586 (R\$311.903 em 31 de dezembro de 2012), hipoteca no valor de R\$17.151 (R\$20.829 em 31 de dezembro de 2012), bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$57.362 (R\$70.423 em 31 de dezembro de 2012), notas promissórias e carta fiança no valor de R\$108.934 (R\$75.159 em 31 de dezembro de 2012).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

### Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Randon S/A, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 5,9% a 9% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 0% a 8,3% a.a.

### Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro e 26 de agosto de 2013, nos montantes totais de R\$300.000 e R\$200.000, respectivamente, sendo que ambas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sob regime firme de subscrição.

### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a.. A parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado é no valor de R\$32.490 (R\$50.269 em 31 de dezembro de 2012).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

### **Fontes de Liquidez adicional**

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Segue abaixo, tabela que expõe a subordinação de garantias relativas aos 3 últimos exercícios:

<b>GARANTIAS POR AVAIS E FIANÇAS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2.011</b>
Menos de 1 Ano	1.097.020.299	27.943.633	2.251.991
Entre 1 e 3 Anos	948.248.851	84.439.630,00	101.970.508
Entre 3 a 5 anos	573.044.130	48.583.887,00	63.792.179
Acima de 5 anos	571.284.454	150.935.966,00	79.250.806
	<b>3.189.597.734</b>	<b>311.903.116,00</b>	<b>247.265.485</b>

As garantias reais, em caso de liquidação da Companhia, terão preferência entre as garantias dadas pela mesma.

As informações do exercício de 2013 referem-se as demonstrações consolidadas e foram adequadas por tipo de garantia, conforme quadro acima.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Segue abaixo, arrolamento das cláusulas restritivas a que a Companhia se submetia até 31/12/2013:

- (a) Existência corporativa; Condução dos negócios: Manter sua existência corporativa, cumprir com seu Instrumento de Constituição, e implementar o Segundo Projeto e conduzir seus negócios com devida diligência e eficiência em conformidade com as práticas comerciais, financeiras e de engenharia sólidas;
- (b) Utilização de receitas: Fazer com que o financiamento especificado no Plano Financeiro seja aplicado exclusivamente ao segundo projeto;
- (c) Cumprimento com as Leis; Impostos;

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- (i) Conduzir seus negócios em conformidade, em todo aspecto material, com as exigências aplicáveis da lei; e
  - (ii) Registrar até data devida todas as declarações, relatórios e registros relativos a Impostos que devam ser registrados por ela e pagar, quando forem devidos, todos os Impostos devidos pela mesma;
- (d) Gerenciamento contábil e financeiro: Manter um sistema contábil e de controle, sistemas de gerenciamento de informação, livros contábeis e outros registros, os quais conjuntamente apresentam de forma adequada e precisa a condição financeira da Sociedade e os resultados de suas operações em conformidade com as Normas Contábeis;
- (e) Auditores
  - (i) Manter a todos os momentos uma empresa de contadores públicos independentes reconhecidos internacionalmente; e
  - (ii) Irrevogavelmente autorizar os Auditores a se comunicarem diretamente a qualquer momento com relação às demonstrações financeiras da Sociedade (tanto auditadas quanto não auditadas), contas e operações, e fornecer uma cópia da referida autorização;
  - (iii) No mais tardar 30 (trinta) dias após qualquer alteração com relação aos Auditores, emitir uma autorização similar aos novos Auditores e fornecer uma cópia da mesma;
- (f) Acesso: Mediante solicitação e notificação prévia razoável enviada à Sociedade, permitir que os representantes, durante todo o horário comercial normal
  - (i) Visitem quaisquer dos locais e instalações onde os negócios da Sociedade são conduzidos;
  - (ii) Inspecionem quaisquer dos locais, instalações, plantas e equipamentos da Sociedade;
  - (iii) Tenham acesso aos livros contábeis e todos os registros da Sociedade;
  - (iv) Tenham acesso aos funcionários, agentes, contratados e subcontratados da Sociedade que tenham ou possam ter conhecimento de assuntos com relação aos quais se busca informações;

Contudo, (i) nenhuma notificação prévia razoável será necessária se um evento de inadimplemento ou evento de inadimplemento em Potencial esteja acontecendo ou caso circunstâncias especiais assim exijam e (ii) no caso do Diretor Contábil, o referido acesso será para o propósito de desempenhar o papel de Diretor Contábil;
- (g) Questões ambientais: Por meio de seus funcionários, agentes, contratados e subcontratados, garantir que o design, construção, operação, manutenção, gerenciamento e monitoramento dos locais, plantas, equipamentos, operações e instalações do Projeto sejam realizados em conformidade com as exigências aplicáveis das normas de desempenho.
- (h) Índices de manutenção: Manter em todos os momentos:
  - (i) Um consolidado Quociente de Liquidez não inferior a 1,4;

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- (ii) Uma dívida financeira líquida industrial consolidada ajustada para EBITDA consolidado de não mais que 2;
- (iii) Uma dívida financeira consolidada ajustada para o índice de Patrimônio Líquido Tangível de não mais que 1,0; e
- (iv) Um índice de cobertura de serviço de dívida de pico com mais que 1,3;

A Sociedade não deverá, a menos que seja autorizada:

- (a) Dívida financeira permitida: Incurrer, assumir ou permitir a existência de qualquer Dívida Financeira exceto pela Dívida Financeira adicional que não resultaria em Índice de Cobertura de Serviço de Dívida de Pico excedendo 1,3;
- (b) Arrendamentos: Celebrar qualquer contrato ou acordo para arrendar qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, exceto por arrendamentos com relação aos quais os pagamentos agregados nos termos dos referidos contratos ou acordos não excedem o equivalente a \$10.000.000,00 (dez milhões de dólares) em nenhum exercício financeiro.
- (c) Transações derivativas: Celebrar qualquer transação derivativa ou assumir obrigações de qualquer parte de qualquer transação derivativa, exceto pelas transações derivativas celebradas no Curso Ordinário do Negócio para o propósito de gerenciar riscos inerentes às operações comerciais da Sociedade com relação a taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities e não para propósitos especulativos;
- (d) Incorporação, fusão, etc: Se comprometer ou permitir qualquer incorporação, cisão, fusão ou reorganização a menos que a(s) entidade(s) resultando das mesmas se tornem devedoras ou fiadoras conjuntas do empréstimo;
- (e) Aditamentos, renúncias, etc, de contratos materiais: Rescindir, aditar ou conceder qualquer renúncia coma relação a qualquer disposição de quaisquer documentos de transação ou qualquer contrato comprovando quaisquer empréstimos fornecidos nos termos do plano financeiro;
- (f) Práticas sancionáveis: Engajar-se em (e não autorizar ou permitir que nenhuma afiliada ou qualquer outra pessoa agindo em seu nome se engaje) com relação ao projeto ou a qualquer transação contemplada pelo presente contrato, nenhuma prática sancionável.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados.

	2013	2012	Δ%	2011	Δ%
<b>Receita Bruta Total</b> sem eliminações	6.620.322	5.350.618	23,7%	6.384.994	-16,2%
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	4.253.328	3.501.921	21,5%	4.156.396	-15,7%
<b>Lucro Bruto Consolidado</b>	1.039.640	732.178	42,0%	1.018.893	-28,1%
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	235.062	42.562	452,3%	269.149	-84,2%
<b>Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consolidado</b>	446.422	167.919	165,9%	469.195	-62,8%
<b>EBITDA Consolidado</b>	563.893	280.179	101,3%	556.658	-48,5%
<b>Endividamento Financeiro Líquido Consolidado</b>	1.193.197	760.358	56,9%	383.529	98,3%
<b>Endividamento Financeiro Líquido Consolidado (sem o Banco Randon)</b>	938.913	616.625	52,3%		
<b>Resultado Financeiro Líquido Consolidado</b>	-34.547	-35.767	-3,4%	60.038	-159,6%
<i>Receitas Financeiras</i>	305.814	174.632	75,1%	258.227	-32,4%
<i>Despesas Financeiras</i>	-340.361	-210.399	61,8%	-198.189	6,2%
<b>Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas</b>	-541.024	-543.770	-0,5%	-503.917	6,6%
<b>Lucro Consolidado por Ação</b>	0,98	0,18	452,3%	1,12	-84,2%

Valores em R\$ Mil

Em relação ao exercício de 2013, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

(a) Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: o aumento de 452,3% do resultado da Companhia em relação ao ano anterior pode ser atribuído a recuperação do mercado de veículos comerciais. Mesmo com um desempenho econômico fraco, 2,3% no crescimento do PIB, alguns setores da economia mostraram seu vigor. Destaque para a safra recorde de grãos, importante para o desempenho da economia e consequentemente para as vendas de caminhões e veículos rebocados. Foram produzidos 190.304 caminhões (+43,1% comparado a 2012), 40.111 chassis de ônibus (+9,5% em relação a 2012). A produção de veículos rebocados também avançou, contabilizando 75.593 veículos rebocados (+29,6% sobre 2012).

(b) EBIT e EBITDA: A recomposição da geração bruta de caixa está associada à melhoria do mercado de veículos comerciais brasileiro, como já tratado, permitindo maior diluição dos custos fixos e ganhos de escala através de maior volume de vendas e produção, aproximando a Companhia de seu objetivo de retomar sua margem EBITDA histórica. O

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA somou R\$ 563,9 milhões em 2013 (Margem EBITDA de 13,3%), e o EBIT atingiu R\$ 446,4 milhões, demonstrando crescimento de 101,3% e 165,9%, respectivamente.

(c) Endividamento Financeiro Líquido Consolidado: parte da ampliação do endividamento líquido da Companhia pode ser atribuída ao evento de aquisição da controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., no qual houve desembolso de caixa efetivo de R\$ 421,0 milhões.

Em relação ao exercício de 2012, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- (a) Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: a queda expressiva de 83,8% do resultado da Companhia pode ser atribuída à confluência de diversos fatores, mas, principalmente, à forte retração do mercado brasileiro de veículos comerciais, que apresentou recuo de 11,6% em vendas de veículos rebocados e 40,5% em produção de caminhões, ao tímido crescimento da economia nacional, às incertezas do crescimento das principais economias globais, à transição da motorização Euro III para Euro V e a maior rigidez dos agentes financeiros na avaliação de crédito.
- (b) EBIT: os resultados operacionais da Companhia – em queda de 62,6% em EBIT e 48,3% em EBITDA – refletem a menor utilização de sua capacidade instalada durante todo o exercício 2012, gerando ineficiências aumentadas pela reduzida previsibilidade da demanda durante o ano, bem como, como um reflexo de um mercado recessivo, aumento acentuado da competitividade.
- (c) Endividamento financeiro líquido consolidado: o aumento do endividamento financeiro líquido da Companhia pode ser atribuído, principalmente, à continuidade do processo de implementação do novo ERP, que impactou em aumento significativo nas contas de estoques e fluxo de recebimentos. Esse processo já impactara os números da Randon no exercício 2011 e seus efeitos foram majorados ao longo de 2012 por conta da instalação do ERP em sua principal empresa, na própria Randon S.A. Implementos e Participações.
- (d) Resultado financeiro líquido consolidado: conforme apontado no exercício anterior, o processo de redução das taxas de juros no país reverteria a tendência de resultados positivos no resultado financeiro líquido da Companhia, que chegou 2012 em R\$ 35,8 milhões negativo, afetado, principalmente pela redução da remuneração de suas aplicações financeiras cumulada com a menor disponibilidade de recursos com perfil de baixo custo.

Relativo ao exercício de 2011, os indicadores que apresentaram maior variação foram os seguintes:

- Endividamento Financeiro Líquido Consolidado: a variação deste indicador foi de 440,7% (R\$ 70,9 milhões em 31/12/2010 para R\$ 383,5 milhões em 31/12/2011). Este incremento é explicado pontualmente por dois fatores. O primeiro, referente à variação do

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

capital de giro, influenciada pela alteração/implementação de novo ERP na Companhia e suas Controladas, no exercício de 2011. Embora dentro do esperado, em processos similares percebesse por momentos distintos uma piora nas contas de estoques e fluxo de recebimentos. A Administração acredita que ao longo do próximo exercício, e com a estabilização do processo de implementação do novo ERP, o uso do capital de giro deva retornar aos padrões normais da Companhia. Além da variação do capital de giro, a Companhia também tomou mais empréstimos ao longo do ano com o objetivo de financiar suas operações de curto prazo relacionadas ao mercado externo (em evidência no 1.b).

- Resultado Financeiro Líquido Consolidado: O volume de dívida tomada pela Empresa foi suficiente para complementar sua geração de caixa em suas obrigações e devido ao perfil da dívida ser de baixo custo, permitiu que houvesse Resultado Financeiro positivo de R\$ 60 milhões (336% superior ao ano anterior). Este indicador foi excepcional neste exercício e deve reduzir sua importância à medida que a Companhia honre suas obrigações relativas ao pagamento de dívidas e também pela redução das taxas de juros no país (que determinam a remuneração das aplicações financeiras da Companhia).

Obs: No exercício de 2011, os valores foram ajustados em virtude de ajustes realizados no comparativo do ITR do 1º Trimestre/2012.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

**a. Resultados das operações do emissor:**

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

**Receitas**

A receita bruta total (sem eliminação das vendas entre as empresas) alcançou R\$ 5,4 bilhões em 2012, com queda de 16,2% sobre 2011 (R\$ 6,4 bilhões).

A receita líquida consolidada no exercício de 2012 fechou em R\$ 3,5 bilhões, 15,7% menos que no período de 2011 de R\$ 4,2 bilhões.

A receita bruta total (sem eliminação das vendas entre as empresas) alcançou R\$ 6,6 bilhões em 2013, com crescimento de 23,7% sobre 2012 (R\$ 5,4 bilhões).

A receita líquida consolidada no exercício de 2013 fechou em R\$ 4,3 bilhões, 21,5% maior que no período de 2012 em que atingiu R\$ 3,5 bilhões.

**Composição da Receita Líquida Consolidada JAN-DEZ/2013**

As vendas entre empresas representaram 18,0% da receita líquida total em 2013 contra 17,0% em 2012.

**Composição da Receita Líquida Consolidada JAN-DEZ/2012**

As vendas entre empresas mantiveram os mesmos níveis de 2011 e representaram 17,0% da receita líquida total contra 16,9% do ano anterior.

**Composição da Receita Líquida Consolidada JAN-DEZ/2011**

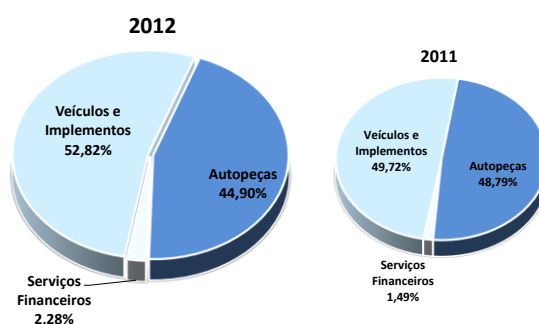
As vendas entre empresas representaram 16,9% da receita líquida total contra 15,7% do ano anterior.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Distribuição da Receita por Segmento**

	2012				2011	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.553.644	272.050	1.281.594	36,6%	1.544.562	37,2%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	434.707	11.391	423.316	12,1%	448.663	10,8%
Randon Brantech Ltda	70.476	5.401	65.075	1,9%	2.766	0,1%
Randon Argentina S.A.	79.545	0	79.545	2,3%	70.843	1,7%
Escritórios Internacionais	2.138	2.138	-	0,0%	-	-
<b>VEÍCULOS E IMPLEMENTOS</b>	<b>2.140.510</b>	<b>290.980</b>	<b>1.849.530</b>	<b>52,8%</b>	<b>2.066.834</b>	<b>49,7%</b>
Master Sist. Automotivos Ltda.	379.419	72.889	306.530	8,8%	417.417	10,0%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	168.268	51.211	117.057	3,3%	179.437	4,3%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	662.758	29.193	633.565	18,1%	508.213	12,2%
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	730.941	215.620	515.321	14,7%	922.862	22,2%
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda	57.033	57.106	(73)	0,0%	(174)	0,0%
<b>AUTOPEÇAS</b>	<b>1.998.419</b>	<b>426.019</b>	<b>1.572.400</b>	<b>44,9%</b>	<b>2.027.755</b>	<b>48,8%</b>
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	63.445	0	63.445	1,8%	55.562	1,3%
Randon Investimentos Ltda.	16.546	0	16.546	0,5%	6.245	-
<b>SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>79.991</b>	<b>0</b>	<b>79.991</b>	<b>2,3%</b>	<b>61.807</b>	<b>1,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.218.920</b>	<b>716.999</b>	<b>3.501.921</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.156.396</b>	<b>100,0%</b>

Valores em R\$ Mil

Em 2012, houve transferência de participação do setor de autopeças para o segmento de veículos e implementos, e aumento da participação do setor de serviços.



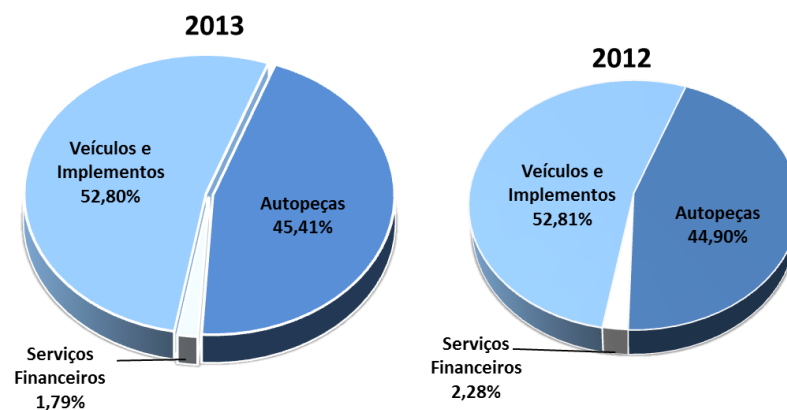


**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Distribuição da Receita por Segmento**

	2013				2012	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.873.312	296.132	1.577.180	37,1%	1.281.594	36,6%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	437.428	19.179	418.249	9,8%	423.316	12,1%
Randon Brantech Ltda.	158.866	6.942	151.923	3,6%	65.075	1,9%
Randon Argentina S.A.	86.336	-	86.336	2,0%	79.545	2,3%
Escritórios Internacionais	1.581	1.581	-	0,0%	-	0,0%
<b>VEÍCULOS E IMPLEMENTOS</b>	<b>2.557.523</b>	<b>323.835</b>	<b>2.233.688</b>	<b>52,5%</b>	<b>1.849.530</b>	<b>52,8%</b>
Master Sist. Automotivos Ltda.	518.063	143.274	374.788	8,8%	306.530	8,8%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	236.632	70.973	165.659	3,9%	117.057	3,3%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	717.281	42.610	674.671	15,9%	633.565	18,1%
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	982.396	278.052	704.343	16,6%	515.321	14,7%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	78.388	76.875	1.514	0,0%	73	0,0%
<b>AUTOPEÇAS</b>	<b>2.532.760</b>	<b>611.785</b>	<b>1.920.974</b>	<b>45,2%</b>	<b>1.572.400</b>	<b>44,9%</b>
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	75.692	-	75.692	1,8%	63.445	1,8%
Randon Investimentos Ltda.	22.974	-	22.974	0,5%	16.546	0,5%
<b>SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>98.665</b>	<b>-</b>	<b>98.665</b>	<b>2,3%</b>	<b>79.991</b>	<b>2,3%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.188.948</b>	<b>935.620</b>	<b>4.253.328</b>	<b>100%</b>	<b>3.501.921</b>	<b>100%</b>

Valores em R\$ Mil

Em 2013, houve aumento da participação do setor de Autopeças e redução da participação dos Serviços Financeiros, conforme demonstrado a seguir:



O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 43,6 milhões no exercício de 2012 ou 83,8% menos que o ano de 2011. Isto representou uma queda da margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 6,5% no ano anterior para 1,2% em 2012.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 235,1 milhões no exercício ou 452,3% mais que o ano de 2012, obtendo um crescimento de 4,3 p.p. da margem líquida (lucro líquido x receita líquida).

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

#### **2011**

##### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos representou 75,5% da receita líquida consolidada ou R\$ 3,1 bilhões no exercício de 2011 contra R\$ 2,8 bilhões referentes ao mesmo período de 2010 e que representou 75,6% da receita líquida. Apesar do percentual não ter apresentado grandes variações em termos acumulados, no quarto trimestre, vários fatores, dentre eles, ajustes e despesas por conta de implantação de novo sistema de gestão (SAP) – em torno de R\$ 12 milhões - eficiência abaixo das expectativas por conta de novas contratações e represamento de receitas por conta de dificuldades no processo de financiamento em algumas linhas de produtos geraram elevação dos custos fixos, afetando diretamente os custos dos produtos.

##### **Lucro Bruto**

O lucro bruto chegou a R\$ 1,0 bilhão no acumulado de 2011 e representou 24,5% da receita líquida consolidada, uma alta de 12,4% em relação ao mesmo período de 2010, quando o lucro bruto totalizou R\$ 906,6 milhões ou 24,4% da receita líquida consolidada.

##### **Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)**

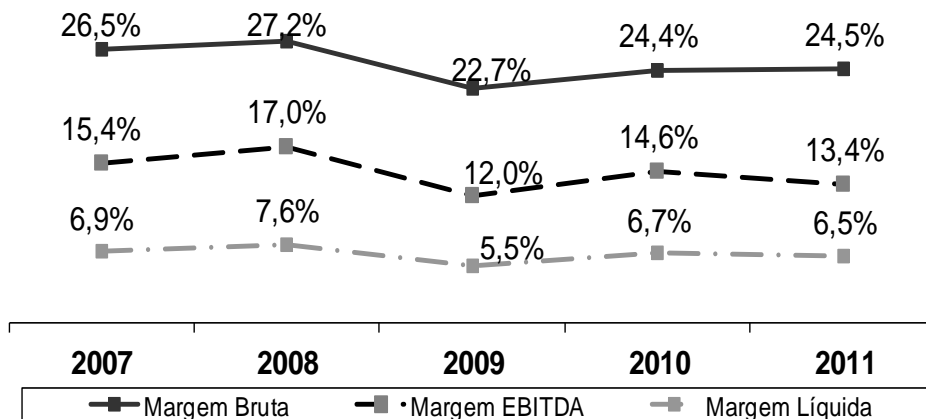
As despesas operacionais em 2011 representaram 13,2% sobre a receita líquida consolidada contra 12,0% no ano de 2010, ficando em R\$ 549,6 milhões (R\$ 447,3 milhões em 2010). Este aumento em termos percentuais pode ser observado principalmente nas despesas comerciais, onde as rubricas de fretes tiveram acréscimo considerável, devido aumentos que variaram em torno de 14%. As comissões, mais especificamente no mercado interno, tiveram uma representatividade maior no conjunto destas despesas. Também chama atenção, no âmbito das despesas comerciais, o aumento nos custos mercadológicos, onde a despesas com feiras cresceu relativamente em 2011, motivada principalmente pelo evento da Fenatran (Feira Nacional dos Transportes), que acontece a cada dois anos.

##### **Geração Bruta de Caixa (EBITDA)**

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 556,8 milhões ou 13,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2010 havia registrado R\$ 541,4 milhões ou 14,6% sobre a receita líquida. O aumento das despesas operacionais no período,

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

conforme comentado em capítulo anterior e os ajustes comentados no capítulo do Custo dos Produtos Vendidos, contribuíram para essa redução de margem.



### 2012

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 79,1% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,8 bilhões no exercício de 2012 contra R\$ 3,1 bilhões referentes ao mesmo período de 2011 e que representou 75,5% da receita líquida.

Em um ano de retração da produção, a representatividade dos custos de mão de obra apresentou aumento frente a sua importância na série histórica. Tal elevação encontra respaldo na baixa previsibilidade da demanda ao longo do ano de 2012, que ensaiou momentos de retomada, sem, contudo, confirmar a tendência. Por conta disso, a Companhia manteve sua força de trabalho praticamente estável, impossibilitando, consequentemente, uma maior diluição da mão de obra em sua composição de custos.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 732,2 milhões no acumulado de 2012 e representou 20,9% da receita líquida consolidada, com decréscimo de 28,1% em relação ao mesmo período de 2011, quando o lucro bruto totalizou R\$ 1,0 bilhão ou 24,5% da receita líquida consolidada.

#### Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)

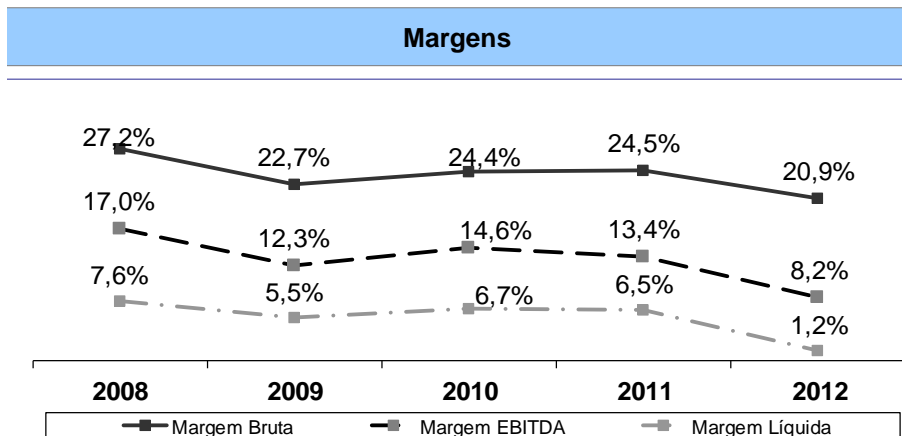
As despesas operacionais em 2012 representaram 15,9% sobre a receita líquida consolidada contra 13,2% no ano de 2011, ficando em R\$ 556,8 milhões (R\$ 549,7 milhões em 2011). A maior representatividade perante a receita líquida consolidada do ano ganha forma em um cenário de forte contração de vendas, como foi o exercício 2012.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 287,7 milhões ou 8,2% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2011 havia registrado R\$ 556,7 milhões ou 13,4% sobre a receita líquida.

Os resultados demonstram com fidelidade a convergência dos diversos fatores negativos que afetaram o ano de 2012. A queda abrupta da demanda e o aumento da competitividade afetaram de forma adversa à margem EBITDA, impactando a produtividade e eficiência fabril. Para aumentar os níveis de utilização de nossa capacidade instalada, também praticamos descontos pontuais nos preços, que acabaram multiplicando seus efeitos ao longo do exercício.



### 2013

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 75,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 3,2 bilhões (no exercício de 2013) contra R\$ 2,8 bilhões referentes a 2012 e que representou 79,1% da receita líquida.

Em um ano de retomada da produção, alguns custos se aproximaram ao seu percentual histórico, como os custos de mão de obra. Ainda assim, houve pagamento de ganhos reais nos salários exigindo atenção especial à produtividade e à eficiência, a fim de manter a competitividade e rentabilidade dos negócios.

#### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 1,0 bilhão no acumulado de 2013 e representou 24,4% da receita líquida consolidada, com aumento de 42,0% em relação ao ano de 2012, quando o lucro bruto totalizou R\$ 732,2 milhões ou 20,9% da receita líquida consolidada.

#### Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)

As despesas operacionais em 2013 representaram 13,9% sobre a receita líquida consolidada contra 16,1% no ano de 2012, ficando em R\$ 593,2 milhões (R\$

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

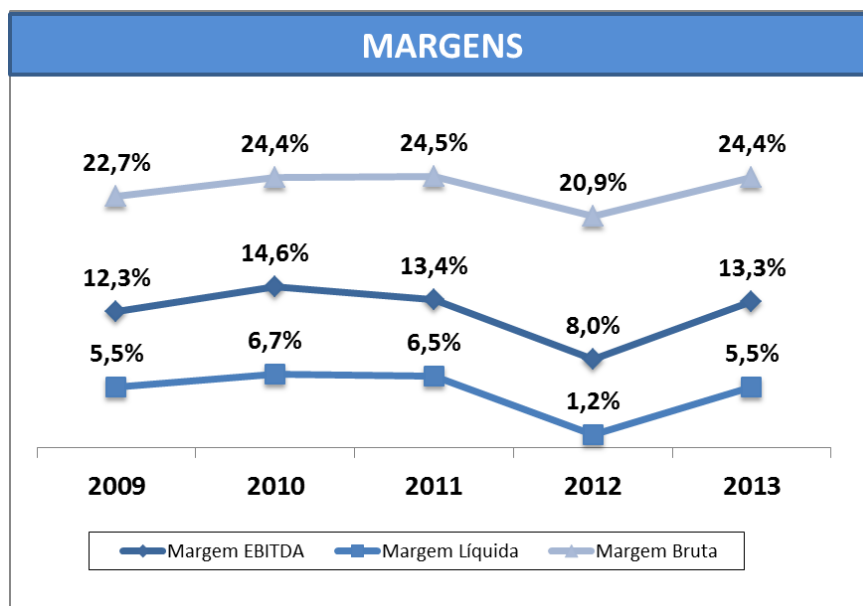
564,3 milhões em 2012). Esta redução foi favorecida pela retomada da produção, mas, sobretudo reflete movimentos adotados pela Companhia durante o ano de 2012 e 2013, concentrados em na redução de despesas administrativas e comerciais. Entre as principais iniciativas podem ser elencadas (i) ganhos de produtividade com o novo ERP, (ii) ampliação dos serviços do centro de serviços compartilhados, (iii) eficiência nas negociações de suprimentos e serviços, e (iv) readequação do tamanho das equipes administrativas.

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 563,9 milhões ou 13,3% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2012 havia registrado R\$ 280,2 milhões ou 8,0% sobre a receita líquida.

A recomposição da geração bruta de caixa está associada à melhoria do mercado de veículos comerciais brasileiro, como já tratado, permitindo maior diluição dos custos fixos e ganhos de escala através de maior volume de vendas e produção, aproximando a Companhia de seu objetivo de retomar sua margem EBITDA histórica.

A Companhia reforça que o desempenho de 2012, foi negativamente impactado por fatores não recorrentes como a transição da motorização dos veículos comerciais do modelo Euro III para Euro V, e também pela redução da demanda gerada por incertezas no ambiente econômico nacional.



### Resultado Financeiro

#### c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os itens metálicos (aço, fundidos, forjados, alumínio e outros) são os principais insumos refletidos no custo de produção da Companhia. Apesar de o preço dos

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

insumos terem mantido relativa estabilidade nos últimos anos, pode-se perceber um maior aumento no preço do aço no ano de 2013, sendo este aumento repassado aos clientes no preço final e desta forma não afetando as margens da Companhia.

No lado oposto, a inflação de mão de obra, que representou, em 2013, 10,8% do custo de produtos vendidos da Randon, teve comportamento de elevação nos últimos exercícios, acima da inflação oficial medida pelo governo. A Companhia tem imprimido ritmo de investimentos voltados à busca de eficiência e, quando oportuno, automatizado processos, com o objetivo de preservar suas margens e sua competitividade.

As exportações das Empresas Randon representaram 12,3% da receita líquida consolidada dos doze meses de 2013 contra 14,3% no exercício anterior.

As vendas consolidadas para o exterior no exercício de 2013 totalizaram US\$ 241,6 milhões ou queda de 8,6% sobre o mesmo período de 2012 (US\$ 264,2 milhões). Uma das preocupações nas vendas para o mercado externo está ligada a variação da taxa de câmbio. A Companhia adota postura conservadora na contratação de *hedges* cambiais e ajusta suas operações e negócios no exterior (preço, produção e custos) com o objetivo de manter suas operações competitivas.

As variações da taxas de juros influenciam a capacidade de investimentos dos clientes da Companhia, bem como os custos de seus empréstimos e a remuneração das aplicações financeiras. Mesmo com aumento da Selic durante o exercício 2013, as linhas de créditos à clientes, que em sua maioria utilizam linhas subsidiadas pelo governo, não acompanharam o aumento verificado na Selic. Entretanto, em função da manutenção da maior rigidez na análise de crédito, bem como a indefinição e demora na liberação de recursos por parte do governo, causando na postergação ou mesmo a não liberação de recursos.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**Aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda.**

Em 31.10.2011 a Randon S.A. Implementos e Participações firmou contrato para aquisição da empresa Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda., de Chapecó (SC), fabricante de semirreboques, que passou a denominar-se Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. A transação faz parte da estratégia de crescimento da Randon, que planeja a duplicação de seu faturamento em cinco anos.

Com cerca de 60 funcionários e um faturamento, em 2010, de R\$ 25 milhões, a Folle é uma empresa que teve origem no ramo de transportes e, atualmente, tem capacidade de fabricar 30 unidades/mês. A aquisição está alinhada com a estratégia da Randon de destinar investimentos para o fortalecimento de segmentos específicos, em pólos regionais, visando consolidar ainda mais a presença do grupo no mercado doméstico.

Os planos específicos para a unidade estão relacionados à concentração das operações de veículos rebocados frigorificados nesta unidade e conseqüente abertura de capacidade na Controladora para atender outros mercados.

A Companhia não espera efeitos ou ajustes relevantes derivados da operação de aquisição dessa empresa no curto prazo, uma vez que a receita bruta total da empresa adquirida é inferior a 1% da receita bruta total consolidada do grupo em 2011.

**Aquisição da Freios Controil Ltda.**

Em 01.12.2011, a controlada Fras-le S.A, sediada em Caxias do Sul (RS), anunciou a aquisição da sociedade Freios Controil Ltda., localizada em São Leopoldo, na grande Porto Alegre (RS) e que atua na fabricação de autopeças, componentes para freios e soluções para polímeros automotivos. O valor da transação foi de R\$ 10 milhões, sujeito a ajustes, e a Fras-le assume, ainda, a integralidade da dívida da Empresa, de aproximadamente R\$ 49 milhões. A Fras-le assumiu efetivamente o controle e gestão da Controil no dia 1º de janeiro de 2012. Ao adquirir a Freios Controil, a Fras-le reforça seu objetivo estratégico de crescer de maneira sustentável e ser uma empresa global com faturamento de R\$ 1,0 bilhão, em 2013.

A Companhia não espera efeitos ou ajustes relevantes derivados da operação acima mencionada, sendo que os números dessa empresa indiretamente controlada passarão a ser consolidados por sua controlada Fras-le S.A. a partir do exercício de 2012.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****Mudança de participação em controlada e incorporação*****Mudança de participação e incorporação da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.***

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 29 de abril de 2013, a Companhia celebrou contrato de compra e venda com Meritor Heavy Vehicle Systems, LLC ("HVS") e Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Meritor do Brasil") das quotas representativas de 49,999% do capital social da sua controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. ("Suspensys"), empresa na qual já detinha participação de 50,001%. Esta aquisição, aprovada pelo Conselho de Administração, faz parte do plano estratégico de expansão e desenvolvimento das Empresas Randon. A transação, no valor total de US\$195 milhões, foi concluída em 29 de julho de 2013, após aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("CADE"). Por se tratar de transação realizada com partes relacionadas, o excedente do valor justo da contrapartida paga (ágio) frente ao valor contábil do investimento na data de aquisição totalizou R\$302.612 e foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital, líquido dos impactos tributários de R\$102.888 (Nota 17). O desembolso efetivo de caixa no momento da aquisição totalizou R\$421.072.

Subsequentemente, conforme deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração a incorporação da controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. A Incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4.****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Certos valores de saldos patrimoniais de 2012, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados, para adequá-los às respectivas transações do exercício de 2013.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País Sede	2013		2012	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	94,99	5,01	99,99	-
Randon Middle East (f)	Representação e comércio de implementos rodoviários	Emirados Árabes Unidos	-	-	100	-
Randon Automotive Ltda. (a)	Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
Randon Maghreb S.A.R.L. (f)	Representação e comércio de implementos rodoviários	França	-	-	100	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b)	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.(e)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	-	22,88	27,12
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.(b)	Fundição de ferro e aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.(b)	Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fras-le S.A.(b)	Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos automotores	Brasil	46,31	-	45,22	-
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	6	94	6	94
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças	EUA	-	100	-	100
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99,99	-	99,99
Fras-le Europe(a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(a)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	-	100	-	100
Freios Controil Ltda. (d)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
Fras-le Middle East (c)	Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100

(a) Sociedade controlada no exterior.

(b) Sociedade controlada no País.

(c) Sociedade controlada no exterior da Randon S.A. Implementos e Participações, constituída em maio de 2012.

(d) Sociedade da controlada Fras-le S.A., adquirida no País em janeiro de 2012.

(e) Sociedade controlada no país, incorporada em 31 de dezembro de 2013.

(f) Sociedade controlada no exterior, cuja atividades foram encerradas em 03 de outubro 2012 (Randon Middle East) e 31 de janeiro de 2013 (Randon Maghreb S.A.R.L.).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

**Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

**Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

***Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

***Benefícios de Aposentadoria***

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

*Valor Justo de Instrumentos Financeiros**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas**

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A administração pretende adotar tais medidas quando as mesmas se tornarem aplicáveis a Companhia.

- IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros: Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- *IFRIC 21 Tributos*: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 seja relevante em suas demonstrações financeiras.
- *IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge*: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

**Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### ii. Empresas Randon

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis”.

### **Aplicação financeira de liquidez não imediata**

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.25. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### **Contas a receber de clientes**

*As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.*



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

*Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

### Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas— custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração— custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### Cotas de consórcio

*Avaliado pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.*

### Investimentos

*Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.*

*Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.*

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve perda sobre investimentos de controlada.

**Imobilizado**

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Vida útil média</b>	<b>% ano</b>	<b>Vida útil média</b>	<b>% ano</b>
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de informática	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso substação	-	-	24 anos	4,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

*Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.*

*O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.*

**Custos de empréstimos**

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

*Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.*

**Arrendamentos mercantis**Arrendamento financeiro

*Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.*

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento

**Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Alíquotas Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17%	0% a 18%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 20%	0 % a 20%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%
IVA – Imposto sobre valor adicionado	-	3,5% a 32,5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

**Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

**Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

**Lucro por ação**



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

### **Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

### **Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

### **Demonstrações dos fluxos de caixa**

*As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 05 de dezembro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.*

### **Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

#### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge***

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Controlada Fras-le S.A. utiliza o registro de derivativos como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

### Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

**Informação por segmento**

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Com base nas melhores práticas, a Randon mantém uma estrutura de Auditoria Interna, buscando avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e compliance na Randon são efetivas, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais frameworks de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Baseados em nosso conhecimento e nos trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras da Randon entendemos *que nenhum ponto de recomendação levantado pela nossa auditoria externa foi relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas no seu conjunto.*

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.